

# *Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644)*

*Alirio Cardoso\**

## RESUMO

Em 1641, período de maior internacionalização da guerra hispano-holandesa, os Países Baixos invadem a capitania do Maranhão, obedecendo a uma agenda estabelecida pelos *Heren XIX* com base em uma série de relatórios produzidos sobre a região. Esta documentação procura inserir a Amazônia portuguesa em um cenário global, mas também esclarece muito sobre as expectativas neerlandesas a respeito deste imenso território. O objetivo deste artigo é discutir, a partir dos relatórios neerlandeses, qual o papel de Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte na última fase da chamada Guerra de Flandres, entre as décadas de 1620 e 1640.

**Palavras-chave:** Guerra de Flandres; holandeses; Amazônia; século XVII.

## ABSTRACT

In 1641, at the time of the greatest internationalization of the Spanish-Dutch War, the Netherlands invaded the captaincy of Maranhão, following an agenda established by the *Heren XIX* on the basis of a series of reports produced about the region. This documentation seeks to insert the Portuguese Amazon into a global scenario, but also clarifies much about the Netherlands' expectations with respect to this immense territory. Based on such documents, this paper aims to discuss the role of Maranhão, Pará, and Cabo do Norte in the last phase of the Flanders War, between the decades of 1620 and 1640.

**Keywords:** Flanders War; Dutchmen; Amazon; 17<sup>th</sup> century

## RESUMEN

En 1641, periodo de más grande internacionalización de la guerra hispano-holandesa, los Países Bajos invaden la capitanía de Maranhão, obedeciendo a una agenda establecida por los *Heren XIX* con base en una serie de reportes producidos sobre la región. Esta documentación

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01803508>

Artigo recebido em 27 de janeiro de 2017 e aprovado para a publicação em 24 de março de 2017.

\* Professor da Universidade Federal do Maranhão. São Luís - MA, Brasil. E-mail: aliriosj@yahoo.com.br. Agradeço aos professores Rafael Chambouleyron (UFPA) e Lodewijk Hulsman (in Memoriam) pelos comentários e sugestões.

busca inserir la Amazonia portuguesa en un escenario global, pero también aclara mucho sobre las expectativas neerlandesas con relación a este inmenso territorio. El objetivo de este artículo es discutir, con base en los reportes neerlandeses, cuál es el papel de Maranhão, Grão-Pará y Cabo do Norte en la última fase de la llamada Guerra de Flandes, entre las décadas de 1620 y 1640.

**Palabras clave:** Guerra de Flandes; holandeses, Amazonia; siglo XVII.

\*\*\*

## Flandres e o Atlântico

No século XVII, há dois sentidos para a expressão “Guerra de Flandres”. Em primeiro lugar, foi assim que os espanhóis chamaram a mobilização militar organizada pelo monarca católico para debelar a rebelião dos Países Baixos, principalmente entre os anos 1568 e 1648.<sup>1</sup> Em segundo lugar, Guerra de Flandres também passa a ser um estilo de batalha dentro da arte militar ocidental, definido pela guerra de posições e pelas manobras de assédio a fortalezas.<sup>2</sup> No contexto europeu, como lembra um dos seus maiores historiadores, Geoffrey Parker, este conflito teve imensa repercussão sobre os rumos dos povos e reinos envolvidos.<sup>3</sup> A Guerra de Flandres também reacendeu fórmulas universalistas que apresentavam, a exemplo da obra de Tommaso Campanella, Filipe II como *novi orbis rex* — novo rei do mundo.<sup>4</sup> Os dois sentidos atribuídos à Guerra de Flandres serão utilizados neste trabalho, também para compreender as vicissitudes deste conflito mundial nas terras da Amazônia portuguesa.

Na Europa, essa guerra moveu os interesses de espanhóis, portugueses, italianos (napolitanos), franceses, ingleses, irlandeses, além de holandeses, zelandeses e flamengos. Entretanto, este conflito não se limitou à Europa, estendendo-se, ao longo dos anos, aos territórios africano, asiático e americano. A Guerra de Flandres, pela teia de processos e acontecimentos subjacentes, obteve, com razão, a atenção de historiadores envolvidos em tendências historiográficas como a *Global History* ou a *Atlantic History*.<sup>5</sup> Contudo, ainda falta muito para

<sup>1</sup> ISRAEL, Jonathan Irvine. *La República Holandesa y el Mundo hispánico, 1606-1661*. Madri: Editorial NEREA, 1997.

<sup>2</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 257.

<sup>3</sup> PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el Camino Español, 1567-1659*. La logística de la victoria y derrota de España en las guerras de los Países Bajos. Madri: Alianza Editorial, 2010, p. 273.

<sup>4</sup> PARKER, Geoffrey. *La gran estrategia de Felipe II*. Madri: Alianza Editorial, 1998, p. 35. CAMPANELLA, Tommaso. *La Monarquía Hispánica*. Traducción del latín, prólogo y notas críticas de Primitivo Mariño. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

<sup>5</sup> EMMER, Pieter; KLOOSTER, Willem. The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire. *Itinerario: European Journal of Overseas History*, v. 23, n. 2, p. 48-69, 1999. OOSTINDIE, Gert; ROITMAN, Jessica (Eds.). *Dutch Atlantic Connections, 1680-1800*. Linking Empires, bridging borders. Leiden/Boston:

que possamos avaliar o seu impacto em regiões mais específicas, a exemplo das Guianas ou da Amazônia portuguesa. O esforço monográfico sobre tais territórios é considerável, embora ainda insuficiente.<sup>6</sup> Assim, parece claro que a presença neerlandesa nas Américas deve ser necessariamente comparada com outras partes do mundo onde houve impactos da expansão oceânica batava. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que muitos desses processos iniciaram-se com a chamada Revolta dos Países Baixos (1568-1648).

A independência das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos faz parte, de certa forma, de uma história da expansão e retração da monarquia hispânica pela Europa. Contudo, talvez fosse mais justo contar essa história a partir da própria expansão comercial/bélica neerlandesa pelas quatro partes do globo.<sup>7</sup> Para o que nos interessa aqui, a chamada União de Utrecht, amplo acordo político-econômico-religioso entre as províncias envolvidas, teve outra inesperada consequência: a formação de uma das primeiras indústrias navais da Europa moderna. Segundo Fritschy, foi a partir de uma eficiente rede de refinanciamento interno que as regiões calvinistas de Holanda, Zelândia, Utrecht, Guelderland, Overijssel, Groningen e Frísia passaram a investir na construção naval em grande escala, ensejando a exploração de novos circuitos de navegação, rivalizando, com o tempo, com a mesmíssima monarquia hispânica.<sup>8</sup> Esta fórmula de ação mercantil vai ter o seu coroamento com a criação das companhias neerlandesas de comércio oceânico.<sup>9</sup>

As duas companhias, a Vereenigde Oost-Indische Compagnie (VOC), fundada em 1602, e a West-Indische Compagnie (WIC), criada em 1621, seguem uma tendência europeia no que diz respeito à organização dos empreendimentos oceânicos em termos mais racionais.<sup>10</sup> As companhias neerlandesas funcionavam a partir de dois objetivos conjugados: o primeiro deles era debilitar a monarquia espanhola, obstruindo suas fontes principais de

---

Brill, 2014. POSTMA, Johaness; ENTHOVEN, Victor. *Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic trade and shipping, 1585-1817. Leiden/Boston: Brill, 2003.

<sup>6</sup> THOMPSON, Alvin O. *Colonialism and Underdevelopment in Guyana, 1580-1803*. Bridgetown: Carib Research & Publications, 1987. HULSMAN, Lodewijk. *Nederlands Amazonia: Handel met Indianen tussen 1580 en 1680*. Tese (doutorado) — Universidade de Amsterdam, 2009.

<sup>7</sup> BOXER, Charles. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Londres: Hutchinson & Co, 1965; ISRAEL, Jonathan Irvine. *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness, and Fall, 1477-1806*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 253 e 272. Para outro ponto de vista: ELLIOTT, John Huxtable. *España, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madri: Taurus, 2010. PAGDEN, Anthony. *El imperialismo español y la imaginación política*. Estudios sobre teoría social y política europea e hispanoamericana (1513-1830). Barcelona: Planeta, 1991.

<sup>8</sup> FRITSCHY, Wantje. A financial “revolution” reconsidered: public finance in Holland during the Dutch revolt, 1568-1648. *The Economic History Review*, v. LVI, n. 1, p. 57-89, fev. 2003.

<sup>9</sup> PARKER, Geoffrey. *La gran estrategia de Felipe II*, op. cit., p. 240.

<sup>10</sup> DEN HEIJER, Henk. The Dutch West India Company, 1621-1791. In: POSTMA, Johaness; ENTHOVEN, Victor. *Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic trade and shipping, 1585-1817, op. cit., p. 97-100. DEN HEIJER, Henk. *De Geschiedenis van de WIC: Opkomst, Bloei and Ondergang*. Zutphen: Walburg Press, 2002. EMMER, Pieter; KLOOSTER, Willem. The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire, op. cit., p. 48-69. EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; CABRAL DE SOUZA, George F. (Eds.). *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006, p. 17-23.

recursos, com ações marítimas nas Índias Oriental e Ocidental; o segundo objetivo era de caráter militar, com a tomada de fortalezas ultramarinas, ação sustentada por um engenhoso sistema de recrutamento.<sup>11</sup> Segundo Ernst van Veen, eram empresas comerciais, mas que funcionavam com estrutura de uma “máquina de guerra”.<sup>12</sup> Para Om Prakash, a VOC, por exemplo, era duplamente agressiva com relação à monarquia hispânica: promovendo uma política rígida de monopólios sobre os produtos asiáticos, mas também controlando militarmente os centros de produção, entre o Ceilão e o Malabar.<sup>13</sup>

A fundação da WIC, em 1621, foi uma tentativa de ampliar o foco dos empreendimentos que os neerlandeses já desenvolviam na África e nas Américas. A WIC jamais conseguiu lograr os êxitos de sua congênere oriental, embora a companhia ocidental tivesse experimentado um começo promissor, sobretudo na sua primeira década de existência. Em comparação com os empreendimentos asiáticos, as atividades no Atlântico pareciam bem menos arriscadas e eram fáceis as possibilidades de lucro, quer seja no tráfico de produtos locais, quer seja pela proximidade com a rota da prata hispano-peruana, atraíram o interesse da elite comercial neerlandesa. Não por caso, o Heren XIX, Conselho Supremo das Províncias Unidas, deu total apoio aos projetos da WIC nos primeiros anos. Apesar de uma suposta descentralização no que concerne à atuação da companhia, pois a WIC estava dividida em cinco Câmaras autônomas, na prática, era aquele Conselho Supremo que, a partir de Amsterdã, dava a última palavra sobre a condução da política oceânica.<sup>14</sup>

No que diz respeito às relações hispano-holandesas, é possível dividir esse período em três fases: governo de Filipe II (1556-1598), época bastante efervescente da campanha militar espanhola nos Países Baixos. O reinado de Filipe III (1598-1621), período conhecido na historiografia espanhola como *Pax Hispanica*, momento de claro arrefecimento do conflito;<sup>15</sup> e, por fim, o período de Filipe IV (1621-1665), de retomada das hostilidades sob a política de “união de armas” do conde-duque de Olivares (1587-1645), com uma maior internacionalização da guerra. Como se sabe, este período foi marcado também pelo domínio territorial da WIC sobre vastas áreas da África ocidental e da América portuguesa.<sup>16</sup> Entretanto, não

<sup>11</sup> MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese (doutorado em história) — Universitet Leiden, 2011.

<sup>12</sup> VEEN, Ernst van. Les interactions luso-néerlandaises en Europe et en Asie (1580-1663). In: BETHENCOURT, Francisco; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Eds.). *L'Empire portugais face aux autres Empires. XVIe-XIXe siècle*. Paris: Maisonneuve & Larose/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2007, p. 41-68.

<sup>13</sup> PRAKASH, Om. Restrictive trading regimes: VOC and the Asian Spice Trade in the Seventeenth Century. In: PEARSON, Michael N. (Ed.). *Spices in the Indian Ocean World*. Aldershot: Variorum, 1996, p. 317-336.

<sup>14</sup> DEN HEIJER, Henk. *De Geschiedenis van de WIC: Opkomst, Bloei and Ondergang*. Zutphen: Walburg Press, 2002.

<sup>15</sup> GARCÍA GARCÍA, José Bernardo. *La Pax Hispanica. Política exterior del Duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996.

<sup>16</sup> POSTMA, Johan; ENTHOVEN, Victor. *Riches from Atlantic Commerce. Dutch Transatlantic trade and shipping, 1585-1817*, op. cit. KLAAS, Ratelband. *Nederlanders in West-Afrika (1600-1650)*. Angola, Kongo en São Tomé. Zutphen: Walburg Pers, 2000. KLOOSTER, Wiem. *Illicit Riches: The Dutch Trade in the*

há como negar que o envolvimento com o açúcar luso-brasileiro esteve entre os empreendimentos mais relevantes da companhia no Atlântico.

No que diz respeito ao açúcar, a WIC passou de simples distribuidora do produto no mercado europeu à controladora do processo produtivo, controle este que incluía o domínio militar das áreas de cultivo e o gerenciamento do capital necessário à aquisição de mão de obra. Os motivos desta mudança de perspectiva com relação ao produto luso-brasileiro já são bem conhecidos, entre eles a possibilidade de infinitos lucros sem grandes despesas. As Províncias Unidas calculavam que todo o investimento com a conquista militar e manutenção da região custaria cerca de 2,5 milhões de florins aos cofres neerlandeses, enquanto que os lucros poderiam chegar a vultosos oito milhões de florins.<sup>17</sup>

O objetivo final deste artigo é discutir o lugar do Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte nos projetos neerlandeses para a América durante a última fase da chamada Guerra de Flandres, principalmente entre as décadas de 1620 e 1640. As fontes utilizadas para esse estudo são principalmente os relatórios (*rapporten*) e cartas (*brieven*) produzidos pela WIC, documentos arquivados no Nationaal Archief (Arquivo Nacional de Haia), sobretudo nas séries Overgekomen brieven en papieren Brazilië (Cartas e papéis do Brasil) e Brieven, rapporten en beschrijvingen over Angola, Tobago, Brazilie en andere gebieden in Zuid-Amerika en het Caraïbisch gebied (Cartas, relatórios e crônicas sobre Angola, Tobago, Brasil e outros locais na América do Sul e Caribe).<sup>18</sup> Em função dos limites deste texto, não será possível fazer uma análise mais sistemática de outras fontes, produzidas pelas instâncias superiores dos Países Baixos, que ensejam também comparações entre o Estado do Brasil e o Maranhão. Nosso escopo principal neste artigo são relatórios e cartas de militares e navegadores que produziram uma primeira percepção da região. Este primeiro olhar, embora inspirado na avaliação feita pela documentação hispano-lusa, começa a ensaiar diferenças em relação à própria crônica ibérica. Nesse sentido, três elementos aparecem como fundamentais nos relatórios: a rede fluvial, as estratégias para obtenção do apoio nativo e a condição de fronteira da região. Para tanto, é indispensável traçarmos uma breve comparação entre o antigo Estado do Maranhão e outras regiões de domínio batavo, principalmente o Estado do Brasil.

## *Brazilië* e Maranhão

A historiografia, brasileira e neerlandesa, consagrou o *tópos* do Brasil Holandês/Neder-

---

Caribbean, 1648-1795. Leiden: KITLV Press, 1998.

<sup>17</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654, op. cit., p. 29.

<sup>18</sup> Doravante: *NL-HaNa-OWIC*. Sobre essa série documental, entre outros catálogos, ver: WIESEBRON, Marianne (Ed.). *Brazilië in Nederlandse Archiven/O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Leiden: CNWS, 2004, 2005, 2008, 2008; HULSMAN, Lodewijk; GUZMAN, Decio. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): Documentos inéditos*. Belém: IOE, 2016.

lands Brazilië, conhecida referência à ocupação territorial batava na costa Nordeste do Estado do Brasil, entre 1630 e 1654.<sup>19</sup> Este consagrado recorte não inclui, em tese, as experiências neerlandesas na Amazônia entre os anos de 1598 e 1636, sobre os quais falaremos mais adiante. Por outro lado, o recorte pertinente ao “Brasil Holandês” também não se refere diretamente ao que poderia ser chamado, não sem muitas ressalvas, de “Maranhão holandês”, período de domínio territorial das Províncias Unidas sobre a capitania do Maranhão (1641-1644), ainda que sejam fenômenos indiscutivelmente interligados. De fato, a circunscrição ainda demasiadamente rígida dos estudos sobre a presença holandesa na América portuguesa acaba por comprometer análises mais globais e perspectivas comparadas sobre o fenômeno. Se, como sugere Boogaart, os estudos na Holanda já superaram amplamente a interpretação nacionalista, antes personificada na emblemática figura de Pieter Netscher, a historiografia brasileira ainda precisa investir mais nas análises comparativas.<sup>20</sup> A partir de agora, tentaremos refletir melhor sobre algumas diferenças entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, no que diz respeito à presença neerlandesa nestes territórios.

Estava claro nos relatórios enviados aos conselheiros da WIC, a respeito das várias regiões da América, que os holandeses tinham consciência das peculiaridades de cada território, e da importância disso no processo de conquista.<sup>21</sup> No caso da comparação entre Brasil e Maranhão, os relatórios neerlandeses fazem principalmente referência a três itens: o meio ambiente em que ocorriam as batalhas; o estilo das batalhas; e os objetivos geopolíticos, na falta de outra expressão melhor. Não se pode esquecer que tais informações circulavam há muito tempo entre os holandeses. As Províncias Unidas eram consumidoras contumazes do material cartográfico e da crônica, espanhola e portuguesa, sobre as regiões ultramarinas.<sup>22</sup> Afinal de contas, antes da rebelião, os neerlandeses eram integrantes da própria monarquia hispânica.

Informações específicas sobre as partes da América também funcionavam como ferramentas da arte militar. Nesse sentido, a WIC procurou explorar os distintos cenários em que as batalhas poderiam ocorrer, de modo a equilibrar as condições do planejamento bélico em resposta às estratégias espanholas.<sup>23</sup> Também é necessário levar em consideração que

<sup>19</sup> MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*, op. cit., p. 9-17.

<sup>20</sup> BOOGAART, Ernst van. As perspectivas da Holanda e do Brasil do tempo dos Flamengos. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA Leonardo Dantas. *Brasil holandês. História, memória e patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 47-63.

<sup>21</sup> SCHMIDT, Benjamin. *Innocence Abroad: the Dutch Imagination and the New World, 1570-1670*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

<sup>22</sup> UNGER, Richard W. Dutch nautical sciences in the Golden Age: the Portuguese influence. *E-Journal of Portuguese History*, v. 9, n. 2, p. 68-83, inverno, 2011. SANDMAN, Alison. Spanish Nautical Cartography in the Renaissance. In: WOODWARD, David (Ed.). *The History of Cartography*. Volume three: Cartography in the European Renaissance. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2007, p. 1095-1142.

<sup>23</sup> MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*, op. cit. PEREIRA, Sidclay Cordeiro. *Caminhos na resistência. O espaço do Recife durante ocupação neerlandesa (1630-1637) em Pernambuco*

os conselheiros da WIC tinham consciência de que a guerra nas Américas poderia seguir rumos próprios, em comparação com o contexto intraeuropeu. Tais diferenças eram especialmente evidentes na composição dos exércitos, no uso da topografia, e no estilo adotado nos embates.<sup>24</sup> Em trabalho recente, Wim Klooster demonstrou que o comércio interimpério neerlandês, cujo pilar era a guerra de conquista, concebia o processo de ocupação territorial como multinacional e multiétnico, contemplando diferentes cenários, visão não necessariamente inspirada nos projetos oceânicos de portugueses e espanhóis.<sup>25</sup> No caso da Amazônia portuguesa, o domínio sobre o complexo sistema fluvial era um desafio constante que se impunha com vigor tanto aos portugueses quanto aos neerlandeses.

O combate à presença holandesa na Amazônia pode ser dividido em três períodos: instalação de feitorias fortificadas (1598-1636), domínio militar formal (1637-1644) e retração e reorientação (1645-1654). Essa cronologia corresponde não apenas às diferentes fases dos projetos neerlandeses na região, mas também diz respeito à inserção do Maranhão e do Grão-Pará nos embates que ocorriam, ao mesmo tempo, no resto do Atlântico.

O primeiro momento, entre 1598 e 1636, é um período caracterizado pela instalação de uma rede de entrepostos comerciais que funcionavam como feitorias fortificadas de duplo caráter: militar e comercial.<sup>26</sup> Na Amazônia, essas fortalezas estavam localizadas nas margens dos rios Amazonas e Xingu, contavam com o auxílio de mercenários ingleses e irlandeses, mas também tinham o apoio bélico e logístico das nações indígenas da região.<sup>27</sup> Nesta fase, os objetivos eram mais limitados, orientados para a exploração do potencial de certos produtos no mercado europeu (madeira, pimenta, algodão etc.).

O segundo momento, entre 1637 e 1644, é o período da ocupação militar do Estado do Maranhão pelo exército da WIC. Tradicionalmente, considera-se que o breve “Maranhão holandês” começaria em novembro de 1641, com a chegada da frota neerlandesa composta por 19 embarcações, cerca de 2 mil homens, ao porto da cidade de São Luís, operação coordenada pelo experiente coronel Koin Anderson. Entretanto, para a realidade geopolítica da América

---

(Brasil). Dissertação (mestrado em geografia) — Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

<sup>24</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654, op. cit., p. 257. PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 43-66.

<sup>25</sup> KLOOSTER, Wim. *The Dutch Moment: War, Trade, and Settlement in the Seventeenth-Century*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2016.

<sup>26</sup> Talvez um dos primeiros ensaios a tentar dar sentido à presença comercial holandesa no litoral do Brasil, antes da década de 1620, seja o clássico artigo Sluiter. Ver: SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. IAHGP, v. 46, p. 187-207, 1967.

<sup>27</sup> LORIMER, Joyce. *English and Irish Settlement on the River Amazon, 1550-1646*. Londres: The Hakluyt Society, 1989, p. 3-5. EDMUNDSON, G. The Dutch on the Amazon and Negro in the seventeenth century. *English Historical Review*, v. 72, n. 18, p. 642-663, out. 1903. HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, v. VI, n. 1, p. 178-202, 2011. Sobre os projetos ingleses em relação às Índias e o Brasil, ver ainda: Madrid, 12 de abril de 1615. *AGS, Estado (Inglaterra)*, 2514 y 2520.

portuguesa do século XVII, é possível dizer que a ocupação do Maranhão seria um movimento estratégico natural, após a tomada da fortaleza do Ceará que, em 1637, foi dominada pelas forças conjuntas do major Joris Garstman e do índio principal Amaniú.<sup>28</sup> A capitania do Ceará era então considerada uma zona de transição entre os estados do Brasil e do Maranhão, passagem obrigatória aos navios que frequentassem essa rota. As circunstâncias que definiam o Ceará como zona de passagem entre as duas macrorregiões da América portuguesa não eram desconhecidas entre os navegadores da época. Em 1619, o famoso capitão Martim Soares Moreno, em carta enviada ao rei Filipe III, descreve o Ceará como “necessária escala dos navios e caminhantes que vão do Brasil ao Maranhão”.<sup>29</sup> Apesar das dificuldades da rota Brasil-Maranhão, a capitania do Ceará era vista como ponto de transição, a partir do qual seria possível estacionar os navios na espera de melhores condições de navegabilidade.

Os historiadores ainda sabem muito pouco sobre o governo holandês na região, entre os anos de 1641 e 1644. Não há na documentação portuguesa informação suficiente sobre o apoio nativo que tinham os batavos e sobre a relação com os moradores portugueses, pois nem todos participaram da primeira fase da rebelião luso-maranhense, iniciada pelo português Antônio Muniz Barreiros.

A terceira fase, entre 1645 e 1654, caracteriza-se por uma maior inserção do Maranhão na “Guerra do Brasil”. De fato, há registros sobre a participação das praças luso-maranhenses na rebelião de Pernambuco, não apenas com a migração de soldados portugueses e oficiais luso-pernambucanos, estacionados em São Luís ou Belém, mas também com a transferência de contingentes de soldados nativos, mercadorias e canoas.<sup>30</sup> Essa solidariedade de guerra não funcionaria sem a participação ativa de reconhecidos mediadores, como era o capitão do Ceará, Martim Soares Moreno, ou o índio principal do Maranhão, d. Antônio da Costa Marapirão.<sup>31</sup> Contudo, ainda faltam muitos dados para quantificarmos essas ações, avalian-

<sup>28</sup> MEIRELES, Mário. *Holandeses no Maranhão, 1641-1644*. São Luís: Instituto Geia, 2015, p. 76-79.

<sup>29</sup> “REQUERIMENTO do Capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei [D. Filipe II], a pedir meios para reconstruir a fortaleza, soldados e seus oficiais, armas, munições e pólvora para defesa dos ataques dos holandeses e franceses, e escala dos navios que do Estado do Brasil vão ao do Maranhão”. Ceará, 25 de maio de 1619. AHU, Ceará (avulsos), cx. 1, doc. 3.

<sup>30</sup> Caso emblemático, mas não único, foi o do sobrinho de Bento Maciel Parente, governador na ocasião da invasão holandesa, que saiu do Grão-Pará, onde exercia cargo de alferes na guerra do Maranhão, e foi voluntário na Guerra do Brasil, atuando principalmente em Itamaracá e Porto Calvo, merecendo por isso a mercê do hábito de São Bento de Avis, com 80 mil réis de pensão. “P<sup>o</sup> Maçiel”. Lisboa, 27 de outubro de 1639. ANTT, RGM, Portarias do Reino, livro II, folio 16v-17.

<sup>31</sup> Sobre este último, ver: “CARTA do índio principal do Maranhão, Antônio da Costa Marapirão, para o rei [D. João IV], sobre os ataques dos índios da nação tabajara na capitania do Ceará causando a morte a cerca de oitocentos holandeses, e que o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Luís de Magalhães, o mandou para o Pará, a fim de defender a liberdade dos índios”. Pará, 2 de setembro de 1649. AHU, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 75; “CARTA do índio principal do Maranhão, Antônio da Costa Marapirão e outros chefes indígenas para o rei [D. João IV], queixando-se dos procedimentos dos governadores e capitães do Pará, e reivindicando a liberdade dos índios.” Pará, 6 de setembro de 1649. AHU, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 76.



do melhor sua natureza e seu impacto local. De qualquer forma, é bom lembrar também que sempre existiu, entre as autoridades lusas, o temor do retorno dos holandeses ao Maranhão, principalmente nos anos 1650. No mesmo período, a navegação corsária neerlandesa ainda está em atividade nas águas da Amazônia, o que tornava mais complexo esse cenário.

As atividades e experimentos comerciais neerlandeses na região não eram desconhecidos em Portugal ou Espanha. No resto da Europa, existiam informações que davam conta de um ativo comércio de produtos tropicais, principalmente madeira, tabaco e algodão. As feitorias batavas concorriam não apenas com os portugueses, mas também com os franceses, que tinham formado sua França Equinocial na Ilha do Maranhão entre 1612 e 1615.<sup>32</sup> Até 1637, como dissemos, ao contrário dos franceses, os neerlandeses não tinham ainda planos específicos de domínio territorial e permanente para aquelas terras. Suas feitorias fortificadas tinham objetivos mais pragmáticos: traficar valiosos produtos, de maneira segura e furtiva, próximo da mais importante rota comercial do mundo ocidental, a da prata hispano-peruana. Este sistema, conhecido nos Países Baixos como *retourvracht* (frete de retorno), era então uma excelente alternativa de acesso ao território americano sem o ônus de uma tentativa mais direta de penetração no Caribe espanhol.<sup>33</sup>

Aqui surge a primeira grande diferença entre os projetos na Amazônia portuguesa e no Estado do Brasil, na medida em que as Províncias Unidas tinham cada vez mais consciência das diferentes inserções das duas regiões na geopolítica seiscentista. Objetivamente, para os navegadores da época, o Maranhão não faz parte da rota do Atlântico Sul. Aqui, como todo navegador do século XVII sabia, o problema são as correntes oceânicas. A navegação para Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte não pode ser feita pela Corrente do Brasil, mas pelas correntes Norte Equatorial e Contracorrente Equatorial. Esta característica dificulta invariavelmente a navegação entre o porto do Recife e São Luís ou Belém.<sup>34</sup> De fato, o Estado do Maranhão é parte natural do circuito de navegação do Atlântico Norte. Por isso, ao contrário do que ocorria entre Pernambuco e o Maranhão, a ligação por mar entre Lisboa e São Luís, ou São Luís e o Mar do Caribe, era bem mais fácil e favorável durante muitos meses do ano.<sup>35</sup>

O Maranhão também não era rota natural para Angola, região conquistada pelos holandeses em 1641 (agosto). A comparação entre as conquistas de São Luís do Maranhão e São Paulo

<sup>32</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2. ed. São Luís: Lythograf, 2002. Sobre o tema, ver também: AMARAL, José Ribeiro do. *Fundação do Maranhão*. São Luiz: Typografia Teixeira, 1912; MEIRELLES, Mario Martins. *França Equinocial*. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982; PIANZOLA, Maurice. *Os Papagaios Amarelos: os franceses na conquista do Brasil*. São Luís: SCEN/Alhambra, 1992; FORNEROD, Nicolas. *São Luis, sur la France Équinoxiale*. São Luís: Alliance Française/Academia Maranhense de Letras, 2001.

<sup>33</sup> HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615), op. cit., p. 178-202.

<sup>34</sup> CARDOSO, Alirio. Amazônia e a carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica. *Revista de Índias*, v. LXXV, p. 389-420, 2015.

<sup>35</sup> RUSSEL-WOOD, Antony John R. *Um mundo em movimento*. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisboa: Difel, 1992, p. 52-55.

de Luanda mereceria um trabalho específico, e não apenas em função da coincidência das datas. Com efeito, para além da relação entre Estado do Brasil e Angola, já bastante discutida pela historiografia brasileira, parece cada vez mais evidente a necessidade de articular melhor os vários objetivos batavos nos dois lados do Atlântico.<sup>36</sup> A Amazônia portuguesa, distante da rota do Estado do Brasil e de Angola, tinha outra vocação oceânica: a conexão com o Caribe, as Guianas e o vice-reinado do Peru. Os conselheiros das Províncias Unidas tinham consciência dessa particularidade e consideravam o rio Amazonas um ponto de convergência deste sistema.<sup>37</sup>

## Guerras de água doce

No âmbito militar, há também diferenças entre a “Guerra do Brasil” e a guerra no Maranhão. Uma das mais significativas características diz respeito à composição dos exércitos. O recente trabalho de Bruno Miranda demonstrou que as Províncias Unidas utilizavam diversas estratégias de recrutamento, tentando convencer jovens europeus a juntar-se aos exércitos da WIC. Para Miranda, o percentual de não neerlandeses nesses exércitos transnacionais poderia chegar a 60%.<sup>38</sup> Sabe-se, no entanto, que na Guerra do Brasil os soldados estrangeiros (indivíduos que não integravam as Sete Províncias Unidas) e os guerreiros ameríndios estavam em maior número. Não é novidade que, em Pernambuco e nas demais capitânicas do norte do Estado do Brasil, ambos os lados da guerra utilizavam sistematicamente soldados nativos, pertencentes a diversas nações indígenas. É verdade, por outro lado, que a composição das forças envolvidas na rebelião pernambucana era um pouco mais diversificada e, nos primeiros anos, os soldados indígenas e luso-pernambucanos contavam com o auxílio até mesmo de milícias afrodescendentes, os conhecidos “terços negros”. Na época da integração de Portugal à monarquia hispânica, até mesmo regimentos napolitanos são enviados para as praças pernambucanas, sob a liderança do conhecido conde de Bagnuolo. No Estado do Brasil, aliás, nunca houve consenso sobre a utilização alargada de soldados indígenas nas batalhas contra os holandeses. Com efeito, o guerreiro nativo, apesar de sua eficiência e quantidade, sempre teve seus críticos e sua utilização sistemática na Guerra do Brasil só passa a ser incontornável a partir de 1640.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> KLASS, Ratelband. *Nederlanders in West-Afrika, 1600-1650*. Angola, Kongo en São Tomé, op. cit. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Sobre a relação de alguns desses territórios com a monarquia hispânica, ver: CORTÉS LOPEZ, José. Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del Reino del Congo (1580-1640). *Studia Historica, Historia Moderna*, v. IX, p. 223-246, 1991.

<sup>37</sup> Por exemplo em: LANGEREN, A. F. van. Map of South America [1595]. In: BAGROW, Leo. *History of Cartography*. New Brunswick/Oxford: Transaction Publishers, 2009 (segunda edição ampliada), p. 103.

<sup>38</sup> MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*, op. cit., p. 35-36.

<sup>39</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654, op. cit., p. 189.

Na Amazônia portuguesa, a arte da guerra ganhou alguns traços peculiares. Numa região onde os caminhos fluviais são imensos e as florestas vastas, os soldados indígenas foram indispensáveis em todas as fases do conflito. Mais até que em Pernambuco, sua utilização era generalizada nas batalhas, mas também fundamental no estabelecimento das rotas, na espionagem ao inimigo, no transporte de gêneros e na alimentação dos soldados. Com efeito, holandeses e portugueses conceberam diversas estratégias de convencimento das nações indígenas, e de seus *principais*, por considerarem que a guerra na região não poderia ser vencida de outra forma. É bom lembrar, da mesma maneira, que diferentemente do que ocorreu nas praças de Pernambuco, e demais capitânicas do norte do Estado do Brasil, a Amazônia não contou com tropas auxiliares afrodescendentes, em função da pouca fluência do tráfico de escravos para a região, na primeira metade do século XVII, nem muito menos com soldados europeus em quantidade digna de nota. No Maranhão, no Grão-Pará e no Cabo do Norte, os combatentes desta guerra eram principalmente nativos, realidade com a qual os soldados europeus e seus oficiais tinham que aprender a lidar.<sup>40</sup>

Se há uma característica que define a Amazônia lusa, em comparação com o resto da América portuguesa, é a onipresença da rede fluvial na tomada de decisões importantes sobre a conquista militar. Como todos sabiam na época, a vida cotidiana, civil ou militar é dominada pelos caminhos do rio. Essa condição é devidamente acentuada quando se leva em consideração as grandes distâncias entre as capitânicas, em geral, apenas conectadas por estradas de água doce, rotas muitas vezes conhecidas apenas pelos índios. No Estado do Brasil, os rios são bem mais obstáculos que pontos de conexão. Tal como Evaldo Cabral de Mello asseverou, a guerra em Pernambuco, e em geral nas capitânicas do norte do Estado do Brasil, é majoritariamente terrestre em função da logística necessária para a travessia de rios, sobretudo no inverno.<sup>41</sup> Embora a estrutura de muitos engenhos no Brasil estivesse próxima de cursos de rios, holandeses e luso- pernambucanos não travaram suas batalhas preferencialmente na água. Na Amazônia, ao contrário, as guerras são necessariamente fluviais, ou no mínimo anfíbias. No Maranhão, no Grão-Pará e no Cabo do Norte, estava claro que os europeus deveriam adaptar a arte da guerra a essa condição tão peculiar. Tal como dissemos, este tipo de guerra acentuou exponencialmente a importância do guerreiro nativo, ao generalizar o uso militar da canoa indígena, criando um tipo novo de assalto ao terreno de batalha, que poderia ser chamado, sem exagero, de infantaria fluvial. Nos *rapporten* neerlandeses, essa condição é devidamente enfatizada.

<sup>40</sup> Para uma avaliação geral sobre as peculiaridades destas guerras, ver: CARDOSO, Alirio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História militar da Amazônia*. Guerra e sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2015.

<sup>41</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654, op. cit., p. 274.

## A crônica fluvial holandesa

Muitas dessas questões são apreciadas pelos relatórios enviados ao Heren XIX. Um dos mais relevantes documentos foi escrito na cidade de Middelburg, província da Zelândia, pelo *commandeur* Gideon Morris. Trata-se da *Breve descrição do Maranhão*, escrita no ano de 1637.<sup>42</sup> Morris era figura bem conhecida entre os diretores da WIC e suas cartas e relatórios resumem muito do que os neerlandeses conheciam sobre a Amazônia. O *commandeur* havia sido prisioneiro dos portugueses, supostamente permanecendo na região por cerca de oito anos, experiência que garantia um grau de fidelidade na comparação com outras crônicas e relatórios desse período. De fato, durante muito tempo, Morris foi considerado um dos únicos holandeses especialista em navegação fluvial amazônica de longo curso. Na documentação neerlandesa, ele também é apresentado como habilidoso articulador político, fluente na língua dos nativos e influente junto aos seus *principais*.

A *Breve descrição do Maranhão* é um documento que procura explorar certas expectativas sobre a região. Não era a primeira vez que o Heren XIX recebia um documento sobre o tema, mas em comparação com cartas, relatórios e mapas anteriores, o texto de Gedion apresentava uma vantagem: apesar de não se distanciar muito das fórmulas já encontradas nas crônicas portuguesas e espanholas, não era uma simples reprodução dos argumentos luso-espanhóis, na medida em que seu autor esteve efetivamente naquelas terras. Aliás, este argumento de autoridade, bem comum nos escritos da época, é reivindicado, a todo momento, no texto.<sup>43</sup> Mais do que um relatório, o escrito apresentado ao Conselho Supremo faz uma projeção futura sobre a conquista neerlandesa da Amazônia, suas vantagens e possíveis desafios. Por isso, duas coisas são devidamente enfatizadas: a vocação comercial da região e a importância das nações indígenas em qualquer projeto pensado para o Maranhão e o Grão-Pará.

Condizente com os objetivos gerais da WIC, a *Breve descrição do Maranhão* faz referência a diversos produtos de valor comercial na Europa, bem como sobre as possíveis rotas por onde tais mercadorias poderiam circular e, ainda, sobre as providências defensivas necessárias para a manutenção do seu domínio. Apesar das mil caixas de açúcar que anualmente a capitania do Maranhão poderia produzir, segundo os cálculos de Gedion, a cana de açúcar não era a

---

<sup>42</sup> “Beschrijving van Maranhão, Ceará, Grand Pará en andere rivieren liggende in het stroomgebied van de rivier van Amazonas”. Middelbourg, 22 de outubro de 1637. NL-HaNA\_OWIC 1.05.01.01, inv. n. 46. Utilizaremos aqui a tradução brasileira: MORRIS, Gedeon. “Breve descrição apresentada aos Srs. directores da outorgada Companhia das Índias Ocidentais, delegadas à Assembléia dos Dezenove sobre os lugares situados no Brasil septentrional denominados Maranhão, Ceará, Cameté, Grão-Pará, e outros rios compreendidos na bacia do famoso rio do Amazonas, onde os portugueses tem assento, com toda a disposição e circunstancias respectivas, como deixei no ultimo de novembro de 1636”. Middelbourg, 22 de outubro de 1637. In: HYGINO, José. “Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil”. RIHGB, t. LVIII, parte I (1895), p. 237-250.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 238.

única opção econômica disponível. Com efeito, Gedion faz menção explícita a outros tantos gêneros, sobretudo ao tabaco e ao algodão nativos, cujo valor poderia ultrapassar as 200 mil libras anuais. Há também menção às madeiras tintórias, anil, gengibre, óleos, mostardas, além da alegada existência, nunca comprovada, de minas de prata e ouro. No que diz respeito aos índios, o relatório é menos preciso, incorrendo mesmo em certos exageros. Para Gedion, existiriam na capitania do Maranhão cerca de 40 mil índios. Em toda a Amazônia, seriam cerca de 100 mil nativos, distribuídos em diversas nações ao longo do imenso rio Amazonas, até as fronteiras com as Índias de Castela. Na avaliação feita pelo *commandeur*, os índios da Amazônia tinham uma disposição claramente favorável aos holandeses em resposta à afamada tendência escravista dos portugueses. Portanto, segundo Gedion, os índios da Amazônia forneceriam os soldados necessários para a manutenção da conquista holandesa a baixo custo.<sup>44</sup> Tal como veremos mais adiante, quase em termos idênticos, este argumento será devidamente reproduzido em outros relatórios holandeses do período.

Pouco tempo antes da conquista holandesa do Maranhão, em 1640, Gedion Morris assina outro relatório, desta vez em colaboração com o aventureiro holandês John Maxwell, este último teria também habitado a região por cerca de dez anos, corroborando várias informações prestadas por Gedion no relatório anterior. Trata-se, na verdade, de uma atualização dos dados e conclusões apresentados na *Breve descrição do Maranhão*, corrigindo possíveis falhas do documento anterior. Neste último relatório, há outro forte argumento apresentado como justificativa para a conquista daquelas terras: sua localização geográfica entre o Estado do Brasil e as Índias castelhanas. Assim, Gedion e Maxwell consideram que a Amazônia poderia estabelecer comércio com áreas do Peru e do Caribe na medida em que, segundo dizem, “todos os navios que vão para o Ocidente devem passar por aqueles lugares”.<sup>45</sup>

A ideia segundo a qual a Amazônia lusa tinha como vocação oceânica o comércio de especiarias, em função da exuberância de suas matas e de sua conexão natural com o Caribe, é também comum na crônica hispano-portuguesa do período. Não é de se estranhar, portanto, que os neerlandeses alimentassem expectativas similares sobre a região. De fato, logo após a conquista holandesa do Maranhão inicia-se um esforço no sentido de comprovar tais possibilidades.<sup>46</sup> Aliás, esta mesma impressão, em 1647, ainda era sustentada por Barléu, que considerava ser o Maranhão valioso “para se infestarem as ilhas do mar setentrional,

<sup>44</sup> Ibidem, p. 246.

<sup>45</sup> “Kort verslag over Maranhão door Gedion Morris en John Maxwell”. Vlissingen, 3 de fevereiro de 1640. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01, inv. n. 46. Utilizamos a tradução brasileira: “Breve relatório acerca do Maranhão apresentado a 3 de fevereiro de 1640 por Gedeon Morris e Jean Maxwell”. HYGINO, José. “Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil”. RIHGB, t. LVIII, parte I (1895), p. 263.

<sup>46</sup> “Lijst van in Maranhao geloste droge en natte vivres”. São Luís do Maranhão, 28 de dezembro de 1641. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01, inv. n. 57 (223). “Lijst van de goederen die zijn gezonden naar de directeur van Maranhao, Pieter Janssen Bas”. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01, inv. n. 57 (223).

Espanhola, Cuba, Jamaica, Porto Rico, e as costas do continente ocidental”, traficando com algodão, tabaco ou qualquer outro produto de valor.<sup>47</sup>

Tal como dissemos antes, outro importante tópico encontrado nos relatórios refere-se aos índios da região, e sua capacidade bélica e disposição para o comércio. Entre os holandeses, a preocupação com o número insuficiente de homens capazes de proteger a cidade de São Luís tem início logo após a conquista.<sup>48</sup> Há referências sobre o tema em diversos documentos. É possível elencar vários relatórios que têm esse tema como eixo central, a exemplo da *Breve descrição da viagem de Jacob van den Neere ao rio Amazonas* (1638). Este relatório descreve a rota entre os Países Baixos e o rio Amazonas, passando pelas capitânicas do Ceará, do Pará e do Maranhão. Para além da farta narrativa acerca dos recursos naturais, seu autor fornece dados sobre as nações indígenas encontradas no percurso, definidas por Van de Nerre, convenientemente, como “amigáveis” (*vriendelijk*) e “úteis” (*behulpzaam*).<sup>49</sup> Van de Nerre também é autor de outro relatório escrito em 1638, intitulado *Descrição do Maranhão e do rio Amazonas*. Este último é um informe mais condizente com os objetivos bélicos da WIC, atento às características geográficas, rotas de entrada e saída dos rios, além de uma avaliação das fortalezas lusas encontradas pelo caminho, e, por fim, dos índios tapuias e tupinambá.<sup>50</sup>

Em geral, a documentação holandesa da época estabelece uma diferença genérica entre “índios tupi” (*tupi-indianen* ou *brazilianen*) e “tapuias” (*tapuias-indianen*). Por outro lado, não consta na documentação batava a oposição criada pelos portugueses entre um “tapuia” essencialmente rebelde e um “tupi” potencialmente aliado.<sup>51</sup> Aqui as distinções são muito mais relativas ao idioma falado e à localização geográfica desses povos.<sup>52</sup> Para os neerlandeses, parecia claro que os *tapuias-indianen* tinham uma relevante função no combate aos portugueses e espanhóis no sertão, de modo que eram representados muitas vezes como “infernais aliados” da causa batava.<sup>53</sup> Na mesma linha retórica formulada por Gideon Morris,

<sup>47</sup> BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício de Nassau*. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940 [1647], p. 232.

<sup>48</sup> “Brief (kopie) van J.C. Lichthardt, J. v. Koin en P.J. Bas, in het fort St. Louis in Maranhao, aan gouverneur-generaal en raden”. São Luís do Maranhão, 3 de dezembro de 1641. NL-HaNA. OWIC 1.05. 01.01. inv. n. 56 (297).

<sup>49</sup> “Kleine beschrijving van de wijze waarop Jacob van den Neere zijn reis naar de Amazone organiseerde”. Vlissingen, 31 de janeiro de 1638. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01, inv. n. 46.

<sup>50</sup> “Beschrijving van Maranhão en van de rivier Amazonas opgesteld door Jacob van den Neer die daar jaar resident en gevangene is geweest”. Middelburg, novembro de 1638. NL-HaNA\_OWIC 1.05.01.01, inv. n. 46 (232).

<sup>51</sup> Sobre o tema a partir da crônica missionária lusa, ver: POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc/Anpocs, 2003.

<sup>52</sup> HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História (USP)*, v. 154, p. 37-69, 2006.

<sup>53</sup> BOOGAART, Ernst van den. Infernal Allies: the Dutch West India Company and the Tarairiu — 1631-1654. In. BOOGAART, Ernst. van den; HOETINK, Hendrik Richard; WHITEHEAD, Peter James

os demais relatórios ou descrições sobre a Amazônia reforçam a ideia geral de que os índios da região tinham um ânimo favorável à conquista holandesa. Aliás, as estratégias de convencimento de grupos indígenas estavam em pleno curso antes mesmo da tomada neerlandesa da região, em 1641, mas deveriam ganhar mais fôlego ao longo dos anos.

Pieter Janssen Bas, um dos comandantes do Maranhão holandês, ao fazer um censo sobre a situação das defesas do forte de São Luís, em 1642, inclui entre os regimentos disponíveis os índios potencialmente aliados, sem os quais haveria pouca possibilidade de manutenção daquela conquista.<sup>54</sup>

### CENSO DA POPULAÇÃO EM TORNO DO FORTE DE SÃO LUÍS (1642)<sup>55</sup>

Companhias militares e habitantes	Número disponível de pessoas
<b>Índios (<i>Brazilianen</i>) aldeados</b>	
Homens	1.088
Mulheres	257
Crianças	478
Total	1.823
<b>Companhias e guarnições</b>	
Major Ernst van Brenen	142
Capitão Godfride Doorschot	114
Capitão Robbert Vande	126
Capitão Brand Barents	113
Capitão Maximiliaen Schade, companhia sediada no forte do Calvário	103
Comandante Gideon Moris, brancos e índios	40
Forças marítimas	80
Outros ( <i>treijnspersonen</i> )	50
Total parcial	768
Casados	257
Solteiros	173
Total parcial	430
Crianças	48
Escravos	2.912
<b>Total geral</b>	<b>3.820</b>

Palmer (Eds.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679. A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: Johan Maurits van Nassau-Siegen Sticing, 1979, p. 519-538.

<sup>54</sup> “Brief (kopie) van J.J. Bas, te St. Luis de Maranhao, aan gouverneur-generaal en raden”. São Luís do Maranhão, 8 de abril de 1642. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01. inv. n. 57(85).

<sup>55</sup> “Brief (kopie) van J.J. Bas, te St. Luis de Maranhao, aan gouverneur-generaal en raden”. São Luís do Maranhão, 8 de abril de 1642. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01. inv. n. 57(85). Uma versão em holandês foi publicada em HULSMAN, Lodewijk. *Colonial fortifications in the state of Maranhão. Historical research in the Netherlands*. Amsterdã: New Holland Foudation, 2007, p. 21.

O levantamento reproduzido acima, extraído da contagem que Janssen Bas enviou ao Conselho Supremo, não é o único disponível na documentação holandesa sobre a população da capitania do Maranhão, mas pode nos dar uma boa ideia sobre as dificuldades encontradas na manutenção daquela praça. Em outra contagem, do final de 1643, os soldados disponíveis no forte de São Luís, computando-se todas as companhias militares, não passariam de 515 homens, sem que o documento deixe evidente a origem deste contingente. O número evidencia a extraordinária dependência que tinha a WIC de soldados nativos.<sup>56</sup>

Tema constante nos relatórios holandeses também sobre outras regiões do mundo, a aparente incapacidade dos Países Baixos de ocupar efetivamente os territórios conquistados, com população de origem neerlandesa, foi sempre um dos maiores desafios na guerra global contra os espanhóis.<sup>57</sup> Na Amazônia portuguesa, como vimos, a dependência nativa era bem maior e estava muito além do âmbito estritamente militar. Nesse cenário, nem mesmo a possibilidade do envio de escravos africanos, proposta que consta de alguns relatórios, seria uma solução definitiva. De fato, mesmo quando o número de escravos africanos na Amazônia chega a patamares consideráveis, na segunda metade do século XVIII, ainda assim haverá tarefas que só os índios eram considerados capacitados para fazer.<sup>58</sup>

## Conclusão: uma conquista nas fronteiras

Tal como parte da historiografia tem avaliado, os objetivos da WIC na América eram bem mais diversificados do que se costuma pensar, ao ponto de alguns autores contestarem a eficiência e sistematicidade da sua política.<sup>59</sup> Tais projetos variavam desde o estabelecimento de feitorias fortificadas, como ocorreu na África e na Amazônia portuguesa, para apoiar o tráfico de produtos locais que tinham como destino a Europa; ataques pontuais ao sistema de distribuição da prata peruana, tentativas de comprometer diretamente a rota Havana-Sevilha; ou mesmo, a constituição de assentamentos fixos, a exemplo dos Novos Países Baixos na América do Norte.<sup>60</sup> Nesse cenário amplo, o Heren XIX tinha uma avaliação bastante

<sup>56</sup> Ver, por exemplo: “Brief kapitein Wiltschut”. São Luís do Maranhão, 8 de abril de 1642. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01. inv. n. 58 (278); “Brief kapitein Wiltschut”. São Luís do Maranhão, 8 de abril de 1642. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01. inv. n. 58 (291).

<sup>57</sup> EMMER, Pieter; KLOOSTER, Willem. *The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire*, op. cit., p. 48-69.

<sup>58</sup> Sobre as peculiaridades deste tráfico, ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico equatorial. Tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)*. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

<sup>59</sup> EMMER, Pieter; KLOOSTER, Willem. *The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire*, op. cit., p. 48-69.

<sup>60</sup> JACOBS, Jaap. *New Netherland: a Dutch colony in seventeenth-century America*. Boston: Brill, 2005. CRESPO SOLANA, Ana. *Mercaderes atlânticos. Redes del comercio flamenco y holandés entre Europa y el Caribe*. Córdoba: Universidad de Córdoba/CajaSur Publicaciones, 2009. KLOOSTER, Wim. *Illicit Riches: The Dutch Trade in the Caribbean, 1648-1795*, op. cit.



pragmática sobre a ocupação do Maranhão. Nesse sentido, alguns conselheiros defendiam o princípio segundo o qual as Províncias Unidas deveriam aproveitar ao máximo os ganhos que fossem possíveis com a nova conquista, sem fomentar, contudo, gastos excessivos, fugindo assim da fórmula utilizada no Brasil. Por outro lado, mesmo na fase mais aguda da resistência portuguesa contra a presença batava na Amazônia, com acentuados prejuízos para as Províncias Unidas entre os anos de 1643 e 1644, os pareceres da WIC ainda defendiam a ocupação do Maranhão, mesmo que em termos mais limitados. Esta era, por exemplo, a conhecida opinião de militares experientes, como Koin e Lichthardt, que consideravam as dificuldades da expansão do domínio holandês para além da ilha de São Luís.<sup>61</sup>

É possível também estudar a presença neerlandesa nessa parte do Atlântico a partir da perspectiva da renovada História Militar.<sup>62</sup> Tal como dissemos antes, as operações da WIC eram condizentes com a dupla função atribuída a essa companhia desde os seus primórdios: ao mesmo tempo companhia de comércio e organismo bélico. Nesse sentido, é possível interpretar o domínio sobre o “Brasil” como uma tentativa eficaz de desequilibrar a interação existente entre os mercados luso-americano e hispano-americano, combatendo o exército espanhol a partir da sistemática sabotagem sobre suas fontes diretas de financiamento.<sup>63</sup> Assim, em qualquer análise sobre o papel da América portuguesa no conflito hispano-holandês, é necessário levar em consideração as mudanças ocorridas neste cenário com a integração de Portugal à monarquia hispânica (1580-1640).<sup>64</sup> As consequências do que a historiografia convencionou chamar de União Ibérica sobre os conflitos da América lusa, processo antes

---

<sup>61</sup> Com efeito, nos últimos meses da guerra de resistência luso-maranhense, os holandeses já admitiam sua incapacidade de expansão para o resto do território amazônico, e propunham a manutenção pelo menos do forte de São Luís, protegendo-o com apenas 200 homens. “Aan Zijn Excellentie en de Hoge Raad in Brazilië”. 16 de Janeiro de 1644. NL-HaNA. OWIC 1.05. 01.01. inv. n. 9. “Brief (kopie) van J.C. Lichthardt, J. v. Koin en P.J. Bas, in het fort St. Louis in Maranhao, aan gouverneur-generaal en raden”. São Luís do Maranhão, 3 de dezembro de 1641. NL-HaNA. OWIC 1.05. 01.01. inv. n. 56 (297).

<sup>62</sup> PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution*. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. HESPANHA, Antonio Manuel. Introdução. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 9-33. v. 2. CIPOLLA, Carlo. *Guns and Sails in the Early Phase of European Expansion, 1400-1700*. Londres: Collins, 1965. DOWNING, Brian M. *The Military Revolution and Political Change*. Origins of Democracy and Autocracy in Early Modern Europe. Princeton: Princeton University Press, 1992, p. 3-17. GARCÍA HERNÁN, Enrique; MAFFI, Davide (Eds.). *Guerra y Sociedad en la Monarquía Hispánica*. Política, estrategia y cultura en la Europa Moderna (1500-1700). Madri: Laberinto/Fundación Mapfre/CSIC, 2006. 2v. THOMPSON, Irving Anthony A. Milicia, sociedad y estado en la España moderna. In: MORETA, Salustiano; THOMPSON, Irving Anthony A.; GARCÍADIEGO, Francisco; PAVONE, Claudio. *La guerra en la Historia*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999, p. 115-133.

<sup>63</sup> EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII, op. cit., p. 17-23. FRITSCHY, Wantje. A “financial revolution” reconsidered: public finance in Holland during the Dutch revolt, 1568-1648, op. cit., p. 57-89.

<sup>64</sup> O tema é constante da documentação holandesa. Tal como dizia um parecer anônimo, possivelmente escrito em 1642, por ocasião da conquista de Angola: “os portugueses nunca foram inimigos dos neerlandeses”. “Consideraties van onbekende auteur over de situatie in Brazilië, over de recente veroveringen in Angola, enz. en argumenten over de mogelijke additionele veroveringen...”. NL-HaNA. OWIC 1.05.01.01, inv. n. 44.

praticamente negligenciado pelos historiadores brasileiros, têm merecido cada vez mais a atenção dos nossos pesquisadores.<sup>65</sup>

O interesse neerlandês pelo extremo norte da América portuguesa nunca foi ignorado ou desconhecido das autoridades de Lisboa, Madri ou Valladolid. Direta ou indiretamente, há evidências que demonstram que os reinos ibéricos sabiam de detalhes das atividades holandesas na Amazônia e nas Guianas, adiando uma intervenção considerada como necessária. Aliás, na documentação portuguesa há indícios de que a própria conquista do Maranhão aos franceses, em 1615, tinha relação com as notícias alarmantes sobre a existência de fortes holandeses no rio Xingu, e incursões neerlandesas pelo Amazonas, alimentando especulações sobre um possível acordo entre as Províncias Unidas e a França para o controle militar da região.<sup>66</sup> Na medida em que o impacto da Guerra de Flandres se fazia sentir nas quatro partes conhecidas do mundo, a proteção das regiões de fronteira passava a ganhar uma renovada prioridade. Nesse sentido, estava claro, tanto na documentação espanhola, quanto na neerlandesa, que o Maranhão e o Grão-Pará constituíam parte natural do amplo circuito marítimo-fluvial das Índias de Castela, e a conquista dessas terras era mais uma jogada no imenso tabuleiro de xadrez que era o Atlântico norte.

Nos relatórios holandeses, a condição de fronteira da Amazônia é um argumento indispensável na tentativa de convencimento do Heren XIX. O domínio sobre uma região considerada tão próxima da rota caribenha deveria ocorrer, ainda que sem demasiados riscos financeiros e militares. O modelo ideal ainda era a experiência anterior, entre os anos de 1600 e 1636, com o tráfico marítimo-fluvial entre o Cabo do Norte e a Europa. Gedion Morris, o principal conselheiro da WIC para a região, já havia dito que a conquista do Maranhão era o primeiro passo para o domínio das demais rotas fluviais amazônicas, sugerindo que o objetivo seria a formação, a longo prazo, de uma rota alternativa entre a Guiana, o Caribe e a Europa. Isso também explica a quase onipresença do tema indígena nas cartas e relatórios holandeses. Tal como vimos, todos os interlocutores neerlandeses estavam plenamente conscientes da necessidade de oferecer aos índios vantagens que supostamente eles não tinham com os portugueses. Da mesma forma, como ocorria em outros cenários da Guerra de Flandres, os holandeses sabiam que o número de combatentes nascidos nas Províncias Unidas era irrelevante para ganhar batalhas. É significativo que a própria diferença entre tupi e tapuia, distinção cara às missões portuguesas, parece ter sido relativizada pelos batavos em favor de um certo pragmatismo na busca por aliados. Por fim, apesar desse alegado pragmatismo político e militar dos holandeses, os argumentos contidos nos seus relatórios subestimam exageradamente as capacidades de articulação entre luso-maranhenses e índios. Um erro de cálculo que resultou, anos depois, em 1644, no fim do breve “Maranhão holandês”.

<sup>65</sup> MEGIANI, Ana Paula Torres; SANTOS PÉREZ, José Manuel; SILVA, Kalina Vanderlei (Org.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.

<sup>66</sup> CARDOSO, Alirio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.

## Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMARAL, José Ribeiro do. *Fundação do Maranhão*. São Luiz: Typografia Teixeira, 1912.
- BOOGAART, Ernst van den. Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu — 1631-1654. In: BOOGAART, Ernst van den; HOETINK, Hendrik Richard; WHITEHEAD, Peter James Palmer (Eds.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604 – 1679. A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: Johan Maurits van Nassau-Siegen Stiching, 1979, p. 519-538.
- BOOGAART, Ernst Van. As perspectivas da Holanda e do Brasil do tempo dos Flamengos. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. *Brasil Holandês. História, memória e patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 47-63.
- BOXER, Charles. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Londres: Hutchinson & Co, 1965.
- CAMPANELLA, Tommaso. *La Monarquía Hispánica*. Traducción del latín, prólogo y notas críticas de Primitivo Mariño. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.
- CARDOSO, Alirio. A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.
- \_\_\_\_\_. Amazônia e a carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica. *Revista de Indias*, v. LXXV, p. 389-420, 2015.
- CARDOSO, Alirio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História militar da Amazônia*. Guerra e sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2015.
- CIPOLLA, Carlo. *Guns and Sails in the Early Phase of European Expansion, 1400-1700*. Londres: Collins, 1965.
- CORTÉS LOPEZ, José. Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del Reino del Congo (1580-1640). *Studia Historica, Historia Moderna*, v. IX, p. 223-246, 1991.
- CRESCO SOLANA, Ana. *Mercaderes atlánticos*. Redes del comercio flamenco y holandés entre Europa y el Caribe. Córdoba: Universidad de Córdoba/CajaSur Publicaciones, 2009.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial. Tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.
- DEN HEIJER, Henk. The Dutch West India Company, 1621-1791. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor. *Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic trade and shipping, 1585-1817. Leiden/Boston: Brill, 2003, p. 97-100.

\_\_\_\_\_. *De Geschiedenis van de WIC: Opkomst, Bloei and Ondergang*. Zutphen: Walburg Press, 2002.

DOWNING, Brian M. *The Military Revolution and Political Change. Origins of Democracy and Autocracy in Early Modern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

EDMUNDSON, G. The Dutch on the Amazon and Negro in the seventeenth century. *English Historical Review*, v. 72, n. 18, p. 642-663, out. 1903.

ELLIOTT, John Huxtable. *España, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madri: Taurus, 2010.

HULSMAN, Lodewijk. *Colonial fortifications in the state of Maranhão*. Historical research in the Netherlands. Amsterdam: New Holland Foudation, 2007, p. 21.

PAGDEN, Anthony. *El imperialismo español y la imaginación política*. Estudios sobre teoría social y política europea e hispanoamericana (1513-1830). Barcelona: Planeta, 1991.

EMMER, Pieter; KLOOSTER, Willem. The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire. *Itinerario: European Journal of Overseas History*, v. 23, n. 2, p. 48-69, 1999.

\_\_\_\_\_. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; CABRAL DE SOUZA, George F. (Eds.). *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006, p. 17-23.

FORNEROD, Nicolas. *São Luis, sur la France Équinoxiale*. São Luis: Alliance Française/ Academia Maranhense de Letras, 2001.

FRITSCHY, Wantje. A “financial revolution” reconsidered: public finance in Holland during the Dutch revolt, 1568-1648. *The Economic History Review*, v. LVI, n. 1, p. 57-89, fev. 2003.

GARCÍA GARCÍA, José Bernardo. *La Pax Hispanica*. Política exterior del Duque de Lerma. Leuven: Leuven University Press, 1996.

GARCÍA HERNÁN, Enrique; MAFFI, Davide (Eds.). *Guerra y Sociedad en la Monarquía Hispánica*. Política, estrategia y cultura en la Europa Moderna (1500-1700). Madri: Laberinto/Fundación Mapfre/CSIC, 2006. 2v.

HESPANHA, Antonio Manuel. Introdução. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 9-33. v. 2.

HULSMAN, Lodewijk; GUZMAN, Decio. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): Documentos inéditos*. Belém: IOE, 2016.

\_\_\_\_\_. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História (USP)*, v. 154, p. 37-69, 2006.

- \_\_\_\_\_. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, v. VI, n. 1, p. 178-202, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Nederlands Amazonia: Handel met Indianen tussen 1580 en 1680*. Tese (doutorado) — Universidade de Amsterdã, 2009.
- ISRAEL, Jonathan Irvine. *La República Holandesa y el Mundo hispánico, 1606-1661*. Madri: Editorial NEREA, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness, and Fall, 1477-1806*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- JACOBS, Jaap. *New Netherland: a Dutch colony in seventeenth-century America*. Boston: Brill, 2005.
- KLASS, Ratelband. *Nederlanders in West-Afrika (1600-1650)*. Angola, Kongo en São Tomé. Zutphen: Walburg Pers, 2000.
- KLOOSTER, Wim. *Illicit Riches: The Dutch Trade in the Caribbean, 1648-1795*. Leiden: KITLV Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. *The Dutch Moment: War, Trade, and Settlement in the Seventeenth-Century*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2016.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação Francesa de São Luís e seus mitos*. 2. ed. São Luís: Lythograf, 2002.
- LANGEREN, A. F. van. “Map of South America” [1595]. In: BAGROW, Leo. *History of Cartography*. New Brunswick/Oxford: Transaction Publishers, 2009.
- LORIMER, Joyce. *English and Irish Settlement on the River Amazon, 1550-1646*. Londres: The Hakluyt Society, 1989.
- MEGIANI, Ana Paula Torres; SANTOS PÉREZ, José Manuel; SILVA, Kalina Vanderlei. (Org.). *O Brasil na monarquia hispânica (1580-1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.
- MEIRELES, Mário. *Holandeses no Maranhão, 1641-1644*. São Luís: Instituto Geia, 2015.
- MEIRELLES, Mario Martins. *França Equinocial*. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese (doutorado em história) — Universitet Leiden, 2011.
- OOSTINDIE, Gert; ROITMAN, Jessica (Eds.). *Dutch Atlantic Connections, 1680-1800. Linking Empires, bridging borders*. Leiden/Boston: Brill, 2014.

- PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el Camino Español, 1567-1659*. La logística de la victoria y derrota de España en las guerras de los Países Bajos. Madri: Alianza Editorial, 2010.
- \_\_\_\_\_. *La gran estrategia de Felipe II*. Madri: Alianza Editorial, 1998.
- \_\_\_\_\_. *The Military Revolution*. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PEREIRA, Sidclay Cordeiro. *Caminhos na resistência*. O espaço do Recife durante ocupação neerlandesa (1630-1637) em Pernambuco (Brasil). Dissertação (mestrado em geografia) — Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- PIANZOLA, Maurice. *Os Papagaios Amarelos: os franceses na conquista do Brasil*. São Luís: SCEM/Alhambra, 1992.
- POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc/Anpocs, 2003.
- POSTMA, Johan; ENTHOVEN, Victor. *Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic trade and shipping, 1585-1817. Leiden/Boston: Brill, 2003.
- PRAKASH, Om. Restrictive trading regimes: VOC and the Asian Spice Trade in the Seventeenth Century. In: PEARSON, Michael N. (Ed.). *Spices in the Indian Ocean World*. Aldershot: Variorum, 1996, p. 317-336.
- PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 43-66.
- RUSSEL-WOOD, Antony John R. *Um mundo em movimento*. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisboa: Difel, 1992.
- SANDMAN, Alison. Spanish Nautical Cartography in the Renaissance. In: WOODWARD, David (Ed.). *The History of Cartography*. Volume three: Cartography in the European Renaissance. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2007, p. 1095-1142.
- SCHMIDT, Benjamin. *Innocence Abroad: The Dutch Imagination and the New World, 1570-1670*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. IAHGP, v. 46, p. 187-207, 1967.
- THOMPSON, Alvin O. *Colonialism and Underdevelopment in Guyana, 1580-1803*. Bridgetown: Carib Research & Publications, 1987.
- THOMPSON, Irving Anthony A. Milicia, sociedad y estado en la España moderna. In: MORETA, Salustiano; THOMPSON, Irving Anthony A.; GARCÍADIEGO, Francisco; PAVONE, Claudio. *La guerra en la Historia*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999, p. 115-133.

UNGER, Richard W. Dutch nautical sciences in the Golden Age: the Portuguese influence. *E-Journal of Portuguese History*, v. 9, n. 2, p. 68-83, inverno 2011.

VEEN, Ernst van. Les interactions luso-néerlandaises en Europe et en Asie (1580-1663). In: BETHENCOURT, Francisco; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Eds.). *L'Empire portugais face aux autres Empires. XVIe-XIXe siècle*. Paris: Maisonneuve & Larose/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2007, p. 41-68.

WIESEBRON, Marianne (Ed.). *Brazilië in Nederlandse Archiven/O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Leiden: CNWS, 2004, 2005, 2008, 2008.